

ACTAS

Folha

32

Nº do livro

1

Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)

Reunião do Conselho Geral de 26 de junho de 2018

----- Ata n.º 2 -----

---Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, pelas 14H30, reuniu na sede da ANMP, em Coimbra o Conselho Geral.-----

---Estiveram presentes os membros do Conselho Geral constantes do Anexo I.-----

---Participaram na reunião Manuel Machado, Presidente do Conselho Diretivo da ANMP e Rui Solheiro, Secretário-Geral da ANMP. -----

---Verificada a existência de quórum, o Presidente do Órgão, Álvaro Amaro, declarou aberta a reunião, com a seguinte ordem de trabalhos, antecipadamente enviada aos membros do órgão:-----

Ponto 1 - Proposta de Lei n.º 131/XIII (GOV). Altera a Lei de Finanças Locais.-----

Ponto 2 - Descentralização administrativa. Ponto da situação.-----

Ponto 3 - Portugal 2020. Reprogramação.-----

Ponto 4 - Outros assuntos relevantes para o Poder Local. -----

Ponto 1. Proposta de Lei n.º 131/XIII (GOV). Altera a Lei de Finanças Locais (Anexo II) -

---O Presidente do Conselho Diretivo, Manuel Machado, enfatizou a especial relevância da matéria e o facto da Proposta de Lei em apreço apresentar um conjunto de grandes temas, sendo de destacar:-----

---i. A necessária estabilidade e valor reforçado da LFL;-----

---ii. O cumprimento integral da lei em 2019;-----

---iii. O aumento da participação municipal nos impostos;-----

---iv. A revisão dos critérios base de distribuição;-----

---v. A distribuição de verbas entre Municípios;-----

---vi. A nova participação na receita do IVA;-----

---vii. A isenção de IMI dos imóveis do Estado;-----

---viii. A responsabilidade financeira dos eleitos locais.-----

ACTAS

Folha 33
Nº do livro 1



---Sobre estes grandes temas, a ANMP expressou no parecer elaborado e aprovado pelo Conselho Diretivo as posições e as propostas adotadas no Congresso Nacional, tendo também havido, a montante, várias reuniões com o Governo sobre a matéria e nas quais foram transmitidas e debatidas as referidas posições e propostas.-----

---Referiu, ainda, o Presidente do Conselho Diretivo que a Proposta de Lei, por decisão do Parlamento, baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, sem votação, por um período de 60 dias, para nova apreciação na generalidade por parte destas, manifestando a ANMP no Parecer que emitiu a total disponibilidade e empenho para esclarecer eventuais dúvidas que possam surgir, bem como para aprofundar a matéria.-----

---Intervieram sobre esta matéria os seguintes elementos:-----

Carlos Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora; José Manuel Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Valongo; Fernanda Asseiceira, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena; Berta Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Alfandega da Fé; Francisco Jesus, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra; Júlia Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Mirandela; Vítor Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã; Pedro Machado, Presidente da Câmara Municipal de Lousada; Paulo Batista Santos, Presidente da Câmara Municipal da Batalha; Vítor Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul; Paulo Inácio, Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça; Pinto Monteiro, Presidente da Câmara Municipal de Espinho; Manuel Machado, Presidente do Conselho Diretivo; Rui Solheiro, Secretário-geral da ANMP; Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro; Rui Santos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real; Nelson Brito, Presidente da Câmara Municipal de Aljustrel; José Gomes de Jesus, Presidente da Câmara Municipal de Tondela; Isilda Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Portimão; Alfredo Monteiro, Presidente da Assembleia Municipal do Seixal; Victor Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima; Álvaro Amaro, Presidente do Conselho Geral; Armindo Jacinto, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova; Esmeraldo Carvalhinho, Presidente da Câmara Municipal de Manteigas; Alberto Mesquita, Presidente Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Mark Silveira, Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico; Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu; Ricardo Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Santarém; Cidália Ferreira, Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande.-----

---Colocada a votação uma Resolução do Conselho Geral sobre a Proposta de Lei de Finanças Locais, registou-se a aprovação por unanimidade. (Anexo III) -----

ACTAS

Folha

34

Nº do livro

1



Ponto 2. Descentralização administrativa. Ponto da situação (Anexo IV) -----

---O Presidente do Conselho Diretivo, Manuel Machado, fez uma atualização do ponto de situação sobre o processo de descentralização, remetendo as especificações sobre cada uma das matérias para os quadros e documentos previamente disponibilizados. Referiu que há projetos de diplomas que se encontram consensualizados, havendo, no entanto, algumas matérias, nomeadamente nas áreas da educação, saúde e património, cuja negociação está a decorrer, importando salvaguardar aspetos fundamentais de natureza financeira, técnica e de recursos humanos para que a operacionalização da descentralização das mesmas seja efetivada.



---Intervieram sobre esta matéria os seguintes elementos:-----

Fernanda Asseiceira, Presidente da câmara Municipal de Alcanena; Esmeraldo Carvalhinho, Presidente da Câmara Municipal de Manteigas; Nelson Brito, Presidente da Câmara Municipal de Aljustrel; Berta Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Alfandega da Fé; Armindo Jacinto, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova; Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro; Rui Solheiro, Secretário-geral da ANMP; Carlos Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora; Manuel Machado, Presidente do Conselho Diretivo; Álvaro Beijinha, Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém; Álvaro Amaro, Presidente do Conselho Geral.-----

Ponto 3. Portugal 2020. Reprogramação (Anexo V) -----

---Manuel Machado, Presidente do Conselho Diretivo salientou a importância da matéria, referindo que a ANMP continua a envidar esforços para que os montantes alocados pelo Governo para a administração local venham a ser suficientes, face às áreas prioritárias definidas pela ANMP. -----

Ponto 4 - Outros assuntos relevantes para o Poder Local. -----

---Sem outros assuntos a tratar. -----

ENCERRAMENTO: -----

---Nada havendo mais a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, a qual vai ser assinada pelo Presidente do Conselho Geral e pelo Secretário-Geral da ANMP. -----

NOTA: Das intervenções realizadas encontra-se arquivada na Secretaria-Geral da ANMP cópia áudio. -----

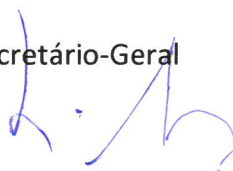
ACTAS

O Presidente do Conselho Geral



Álvaro Amaro

O Secretário-Geral



Rui Solheiro

Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)

Reunião do Conselho Geral de 6 de novembro de 2018

----- Ata n.º 3 -----

---Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, pelas 15H00, reuniu na sede da ANMP, em Coimbra o Conselho Geral.-----

---Estiveram presentes os membros do Conselho Geral constantes do Anexo I.-----

---Participaram na reunião Manuel Machado, Presidente do Conselho Diretivo da ANMP e Rui Solheiro, Secretário-Geral da ANMP. -----

---Verificada a existência de quórum, o Presidente do Órgão, Álvaro Amaro, declarou aberta a reunião, com a seguinte ordem de trabalhos, antecipadamente enviada aos membros do órgão:-----

Ponto 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral realizada no dia 26/06/2018.-

Ponto 2 – Processo de descentralização administrativa.-----

Ponto 3 - Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2019.-----

Ponto 4 - Outros assuntos relevantes para o Poder Local. -----

Ponto 1. Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral realizada no dia 26/06/2018 (Anexo II) -----

---Colocada a votação, registou-se a aprovação por unanimidade.-----

Ponto 2. Processo de descentralização administrativa (Anexo III) -----